



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

03/06/2016

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. PRESIDÊNCIA.....	1
2. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
2.1. AÇÕES CORREGEDORIA.....	2
3. JORNAL CORREIO POPULAR	
3.1. POSSE.....	3
3.2. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	4
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. DECISÕES.....	5 - 8
4.2. PRESIDÊNCIA.....	9
4.3. VARA CRIMINAL.....	10
5. JORNAL EXTRA	
5.1. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	11 - 13
6. JORNAL O IMPARCIAL	
6.1. EVENTOS.....	14 - 16
6.2. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	17 - 21
7. JORNAL O PROGRESSO	
7.1. JUÍZES.....	22
8. JORNAL PEQUENO	
8.1. COMARCAS.....	23
8.2. COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	24
8.3. DECISÕES.....	25
8.4. DESEMBARGADOR.....	26 - 30
8.5. ESMAM.....	31
8.6. EVENTOS.....	32
8.7. JUÍZES.....	33 - 34
8.8. PRESIDÊNCIA.....	35
8.9. PUBLICIDADE LEGAL.....	36
8.10. VARA CRIMINAL.....	37
8.11. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	38

Presidente do TJMA reúne-se com príncipe de Orléans e Bragança

Dom João Henrique de Orléans e Bragança esteve reunido na manhã desta quinta-feira (2) com o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Cunha e desembargadores da Corte.

Durante o encontro, o presidente Cleones Cunha discorreu sobre a história do TJMA – terceira Corte judicial mais antiga do país – criada como Tribunal da Relação pela resolução do Rei Dom João VI de Portugal e instalada em 4 de novembro de 1813.

Na oportunidade, o príncipe João de Orléans e Bragança recebeu das mãos do presidente do TJMA e do desembargador Jorge Rachid

a Medalha dos 200 Anos da Corte e livro sobre o Bicentário do Tribunal. “Tenho certeza que seria um motivo de grande satisfação para D. João VI ver como o Tribunal de Justiça do Maranhão se tornou uma instituição forte e consolidada no nosso Estado”, declarou o descendente da família imperial.

Dom João Henrique falou sobre assuntos relacionados à situação política do país, inclusão social, educação e liberdade de imprensa, defendendo uma reforma política e mudança da máquina administrativa.

“Quem está na vida pública, tem que estar por um ideal, para servir o país sem ter nada em troca. Acredito que cada país precisa

ter intimidade da população com o sistema escolhido, e vejo que o ideal para o Brasil atualmente seria o parlamentarismo, com reforma política”, defendeu.

Empresário, escritor e conferencista, D. João Henrique de Orleans e Bragança está em São Luís (MA) para participar do Seminário “Crise da Representação Política”, onde ministrará palestra com o tema “Clamor social e resposta governamental: os protestos de 2013/2016”.

Biografia – João Henrique de Orléans e Bragança, príncipe de Orléans e Bragança, é o filho primogênito do príncipe João Maria de Orléans e Bragança e da egípcia Fátima Scherifa Chi-

rine. Pertencente ao ramo de Petrópolis da família imperial brasileira, D. João Henrique é neto de D. Pedro de Alcântara de Orléans e Bragança, príncipe do Grão-Pará e príncipe de Orléans e Bragança, que, em 30 de outubro de 1908, abdicou dos seus direitos, por si e por sua futura descendência, à linha de sucessão ao trono brasileiro.

D. João Henrique é bisneto da última princesa imperial do Brasil de facto, D. Isabel de Bragança, e do príncipe imperial consorte do Brasil, D. Gastão de Orléans, conde d’Eu, sendo trineto do último imperador do Brasil, Dom Pedro II, e tetraneto do imperador Dom Pedro I.

Cine Justiça exhibe Mostra Cinema e Direitos Humanos em Timon

O Poder Judiciário de Timon apresenta, de 6 a 8 próximos, às 14h, no Auditório do Salão do Júri do Fórum da Comarca (Rua Lizete de Oliveira Farias, s/n, bairro Parque Piauí), a 10ª Mostra Cinema e Direitos Humanos. O evento conta com a contribuição gratuita de palestrantes e respectivas instituições. Ao final de cada exibição, os palestrantes comandam debate sobre o tema abordado no filme. A entrada é gratuita.

O evento marca a terceira edição do projeto CineJustiça, idealizado pelo juiz Francisco Soares Júnior, titular da 2ª Vara Criminal e diretor em exercício do Fórum de Timon. Inaugurado no último mês de março, o projeto, voltado para

a exibição de filmes e documentários com a temática dos direitos humanos tem por objetivo estimular servidores do Judiciário e sociedade de Timon e Teresina a práticas culturais visando à melhoria da qualidade de vida no trabalho e a integração entre servidores e comunidade em geral.

Na programação da Mostra, os filmes (curtas) 'Abraço de Maré', 'O Muro é o Meio' e 'Do Meu Lado', além de 'Félix, o Herói da Barra'; 'Porque Temos Esperança' e 'Os Bebês Roubados pela Ditadura Argentina', esses três últimos longas.

No primeiro dia de realização da Mostra (06/06), o palestrante é o defensor público Ricardo Teixeira. No dia 07 a

advogada e professora universitária Tatiany Alencar é a palestrante. Encerrando o ciclo de palestras, o promotor de Justiça Eduardo Borges é o palestrante do dia 08.

Direitos Humanos - Inaugurada em 2006 pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) a Mostra Cinema e Direitos Humanos no Mundo celebra o aniversário da Declaração Universal de Direitos Humanos, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Ao longo dos últimos 10 anos, a iniciativa foi expandida e atualmente ocorre em todas as capitais federais do Brasil.

Empossados novos cinco juizes no Judiciário maranhense

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Cunha, empossou, ontem, quarta-feira (1º), os juizes Nelson Luiz Dias Dourado Araújo, Cinthia de Sousa Facundo, Arianna Rodrigues de Carvalho Saraiva, Bruno Barbosa Pinheiro e Danilo Mendes de Santana, em solenidade na Sala das Sessões Plenárias, na sede do TJMA.

Para o presidente do TJMA, desembargador Cleones Cunha, a posse dos juizes representa um momento único na carreira da magistratura, tanto para os empossados, quanto para quem empossa. Ele destacou que a nomeação de juizes é uma das metas de sua gestão.

“Tenho como meta não deixar nenhuma das comarcas do Estado sem juiz. Comarca sem juiz é comarca sem prestação jurisdicional. Por problemas financeiros, em folha de pagamento de pessoal, estamos tendo dificuldade de nomear vários juizes. Estamos nos empenhando para que todas as comarcas sejam preenchidas”, frisou.

O presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão, Gervásio Protásio dos Santos, falou aos novos juizes, enfatizando que o momento é importante para a vida de cada um, na medida em que hoje realizam um sonho. “É importante que ao realizar esse sonho, não se perca a capacidade de continuar sonhando, com um país melhor, com um Estado melhor, com uma Justiça que possa atender as expectativas da sociedade”, ressaltou.

O desembargador Jorge Rachid também

discursou durante a solenidade, afirmando o papel fundamental do juiz como construtor de uma nova Justiça. “Ser magistrado é construir uma nova Justiça e enfrentar o desafio de estar sempre a serviço do cidadão. O que se espera é que sejam magistrados modernos, investidos na prerrogativa de melhorar a lei, suprir as lacunas e sobretudo pela Justiça e verdade”, concluiu.

JUIZES EMPOSSADOS

Os novos magistrados são Nelson Luiz Dias Dourado Araújo, Cinthia de Sousa Facundo, Arianna Rodrigues de Carvalho Saraiva, Bruno Barbosa Pinheiro e Danilo Mendes de Santana. Os atos de nomeação foram assinados pelo presidente do TJMA nesta terça-feira (31).

Os juizes deverão escolher para titularizar uma entre 16 comarcas de entrância inicial vagas no Estado, em audiência pública, obedecendo à ordem de classificação. Atualmente encontram-se vagas as comarcas de Santa Quitéria, Mirinzal, Tasso Fragoso, Cândido Mendes, São Domingos do Azeitão, Governador Nunes Freire, São João Batista, Sucupira do Norte, Passagem Franca, São Vicente Férrer, Guimarães, Alto Parnaíba, Turiaçu, Urbano Santos, Paraibano e Loreto.

O concurso público do TJMA foi lançado em 2 de outubro de 2012, para o preenchimento de 31 vagas e formação de cadastro de reserva para o cargo de Juiz de Direito Substituto de Entrância Inicial. Os juizes nomeados já são da lista de excedentes às primeiras 30 vagas. (Danielle Limeira)



Crianças e Adolescentes durante o Açaí Folia

► AÇAILÂNDIA

Juiz disciplina normas para entrada e permanência de Crianças e Adolescentes durante o Açaí Folia

Quem descumprir as normas da Portaria, será indiciado nas infrações do ECA e do Código Penal



Reprodução

Juiz de Direito Dr. Angelo Antonio Alencar dos Santos.

O Juiz de Direito Dr. Angelo Antonio Alencar dos Santos, respondendo pela Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Açaílandia, expediu com a data de 18 de maio de 2016, a Portaria n.º 002/2016, que disciplina a entrada e permanência de Crianças e Adolescentes em festa durante as comemorações do aniversário de Açaílandia, entre os dias 03 e 06 de junho, incluindo o Açaí Folia, em todos os seus ambientes, como camarotes, corredor, etc.

O Juiz de Direito considera a necessidade de adoção de medidas preventivas para evitar o cometimento de atos infracionais por Adolescentes, assim como evitar que sejam vítimas de crimes por parte de terceiros, inclusive abusos sexuais.

Considera ainda Dr. Angelo Antonio Alencar dos Santos que a frequência de Crianças e Adolescentes em ambientes que, por sua natureza, prejudicam a formação do caráter e da moral, e a grande incidência de venda de bebidas alcoólicas e outras substâncias tóxicas entorpecentes, e por fim, a necessidade de regulamentar a participação de Crianças e Adolescentes nas festividades de comemoração do aniversário de Açaílandia.

O ingresso de Crianças e Adolescentes, acompanhado de responsável, se dará mediante apresentação de documento que comprove a qualidade de pai/mãe, tutor ou guardião(a) da Criança ou Adolescente, devendo o responsável pelo estabelecimento este cuidado.

A participação de Crianças (pessoas até

doze anos, incompletos), mesmo acompanhados dos pais ou responsáveis, só será permitida até as 22h. A participação de Adolescentes entre doze e quatorze anos, desacompanhados, em qualquer horário, dependerá da autorização por escrito dos pais/responsáveis. E a participação de adolescentes entre quinze e dezoito anos, após às 24h, dependerá da autorização por escrito.

Como diz o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, artigo 243, é expressamente proibido vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar bebidas alcoólicas ou outras substâncias tóxicas a menores de dezoito anos. Quem for flagrado praticando este ato, terá seu estabelecimento fechado por todo período da festividade. E a pessoa maior de idade, não comerciante, será encaminhada para a Delegacia de Polícia para a lavratura do auto de prisão em flagrante.

A coordenação do Açaí Folia deverá fiscalizar a entrada de Crianças e Adolescentes, cuidar para que não haja uso de copos ou garrafas de vidro, e para que não haja consumo de bebidas alcoólicas, cigarros ou similares, inclusive afixando placas informativas de tal proibição de fácil visualização. A fiscalização da entrada de Crianças e Adolescentes deve ocorrer mediante a apresentação do RG.

Os pais e responsáveis, e os proprietários de estabelecimentos mencionados, que descumprirem as normas da Portaria, serão indiciados nas infrações do ECA e do Código Penal, independente da responsabilização administrativa e civil. (Eduardo Hirata)

Acordo não é selado e greve dos professores continua

Nova tentativa de mediação acontecerá dia 8, às 16h, no TJMA; Município e docentes não se entendem quanto à forma de pagamento do reajuste

Em audiência realizada na tarde de ontem na sede do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e mediada pelo desembargador Lourival Serejo, não houve acordo entre os professores da rede municipal de ensino e a Prefeitura de São Luís. Com isso, a greve dos docentes, iniciada no dia 25 do mês passado, de acordo com o Sindicato dos Profissionais do Magistério da Rede Municipal de São Luís (Sindeducação), continuará oficialmente por tempo indeterminado.

Um novo encontro entre o Município e os docentes ficou marcado para acontecer na próxima quarta-feira, 8, às 16h, na sede do TJMA. Na reunião de ontem, estiveram presentes – além de representantes do Sindeducação – membros da administração da Prefeitura de São Luís, entre eles o secretário municipal de Educação, Moacir Feitosa, e o secretário municipal de Planeja-

mento e Desenvolvimento de São Luís, José Cursino.

O principal ponto de divergência entre docentes e Município é em re-

Professores querem reposição das perdas

lação à forma de pagamento do reajuste salarial. Enquanto os professores solicitam a reposição das perdas nos vencimentos de forma integral, a Prefeitura alega que somente poderá repassar os benefícios de forma parcelada.

Análise

De acordo com o Sindeducação, os pontos discutidos nas audiências de ontem e do próximo dia 8 no TJ

serão encaminhados para parecer da categoria, que os analisará em assembleia a ser realizada no dia 14 deste mês, a partir das 9h, na sede da Fetiema, Centro (ao lado da Praça da Bíblia).

A presidente do Sindeducação, Elisabeth Castelo Branco, em nota publicada ontem no site da entidade, informou que as decisões da entidade serão tomadas por meio de consenso com demais filiados. “Todas as decisões tomadas nesta audiência de conciliação realizada no Tribunal de Justiça, serão levadas ao conhecimento e apreciação da categoria de professores em Assembleia Geral”, explicou.

O secretário José Cursino alegou que “questões financeiras” relativas à administração eram os fatores para a impossibilidade de oferecer um aumento condizente com a vontade dos professores. ●

Contestação

**Empreiteiros
culpam o
governo
por atraso
em obras**

POLÍTICA 3

Empresários contestam declaração de governista sobre atraso de obras

Clube de Engenharia do Maranhão diz que governo é culpado por atrasos em obras que não paga ou atrasa em mais de seis meses os pagamentos pelos serviços

CARLA LIMA
Subeditora de Política

O Clube de Engenharia do Maranhão (CEM) enviou nota a O Estado contestando afirmação do líder do governo na Assembleia Legislativa, deputado Rogério Cafeteira (PSB), de que os atrasos em obras são de responsabilidade das empreiteiras, que paralisaram os serviços. Segundo a nota dos empresários, esses atrasos são culpa do governo de Flávio Dino (PCdoB), que ainda não pagou pelo menos 90% das obras com medição já feita.

Ainda no ano passado, os donos de empreiteiras estiveram com o governador Flávio Dino mostrando os problemas enfrentados pelas empresas devido à falta de pagamento. Segundo a nota do CEM, obras já prontas e outras em fase de conclusão estavam com pagamentos suspensos devido às fiscalizações que estavam sendo feitas.

O problema, segundo o clube, é que as fiscalizações se estenderam mais que o previsto e algumas medições começaram a ser pagas seis meses após cada medição solicitada pelos empreiteiros. "O atual governo demorou seis meses para iniciar os pagamentos das obras já contratadas e em andamento, o que, consequentemente, causou desequilíbrio econômico financeiro nas empresas, problemas que até hoje não foram definitivamente sanados", diz



Ag. Assembleia

Cafeteira teve as informações contestadas pelo Clube de Engenharia



Reprodução de Internet

Estradas como esta, em Lago da Pedra, estão abandonadas pelo governo

trecho da nota do CEM.

Os atrasos nos pagamentos levaram os empresários a reduzirem o ritmo das obras e em alguns casos, a paralisação.

Obras prontas

Outro prejuízo apontado pelos empreiteiros é o fato de o governo não assumir as obras prontas. De acordo com a manifestação dos empresários, há gastos com vigilantes e também manutenção das obras. Sobre isso, o CEM classifica o problema de “incapacidade do governo”.

“Hoje encontram-se concluídas inúmeras obras contratadas, as quais não foram recebidas formalmente pelos órgãos gestores, fato recorrente da incapacidade do governo em recebê-las. As empresas ficam absorvendo custos não orçados tais como vigilância e manutenção da obra”.

Nesse caso, as obras da saúde são as mais atingidas. Segundo os associados do clube, um dos maiores problemas é que o governo não tem a mobília para fazer funcionar os hospitais já que a licitação para a compra dos materiais foi suspensa e a nova licitação para tal contratação nunca foi concluída.

As afirmações feitas pelo líder governista, Rogério Cafeteira foram feitas logo após a reunião dos deputa-

“ Reiteramos que o problema não é das empresas e sim do governo do estado, o qual deverá aperfeiçoar sua gestão nos aspectos técnicos e legais”

NOTA DO CEM

dos maranhenses na sede nacional do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para debater a aplicação dos recursos de quase R\$ 4 bilhões.

Segundo Cafeteira, os empresários são os culpados. “Ficou claro que o governo está fazendo sua parte, inclusive corrigindo erros anteriores, mas há uma crise latente no país, o que tem afetado diversas empresas, que simplesmente não conseguem cumprir os contratos. Nesses casos, há uma demora maior até se fazer um distrato, regularizar a situação e contratar outra”, disse o líder governista a O Estado.

Contratos irregulares marcam novas obras

Na nota encaminhada a O Estado, o CEM garante que há irregularidades nas contratações feitas pelo governo de Flávio Dino. Junto com o Conselho Regional de Engenharia (Crea-MA) e com o Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon), o clube entregou ofício em mãos ao governador alertando que os métodos usados são ilegais.

Segundo a nota, o ofício também foi encaminhado a várias secretarias e órgãos estaduais apontando erro em editais em relação a planilhas e projetos básicos e em relação a adoção do Regime Excepcional de Contratação, criado para obras da Copa do Mundo e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Segundo os empreiteiros, o governo estadual aderiu a atas de registro de preços do Tribunal de Justiça, para contratação de empresas com preços de serviços já registrados para obras de reforma.

No entanto, ainda segundo o CEM, esse tipo de contratação está sendo usada também para construção e ampliação, o que é vetado por lei já com jurisprudência do Tribunal de Contas da União. ●

Ontem, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Cunha, recebeu uma ilustre visita: o príncipe Dom João Henrique de Orléans e Bragança.

Durante o encontro, Cunha discorreu sobre a história do TJMA, terceira Corte judicial mais antiga do país criada como Tribunal da Relação

Príncipe em São Luis

pela resolução do Rei Dom João VI de Portugal e instalada em 4 de novembro de 1813.

O príncipe recebeu das mãos dele e do desembargador Jorge Rachid, a Medalha dos 200 Anos da Corte e um livro sobre o Bicentenário do Tribunal. Dom João Henrique falou sobre assuntos relacionados à situação

política do país, inclusão social, educação e liberdade de imprensa, defendendo uma reforma política e a mudança da máquina administrativa.

Empresário, escritor e conferencista, D. João Henrique de Orleans e Bragança veio a São Luís para participar do Seminário “Crise da Representação Política”.

Foragidos da Justiça são recapturados

Três pessoas com mandados de prisão em aberto foram recapturadas ontem, na Grande São Luís

Três foragidos da Justiça foram conduzidos ontem, para o Centro de Triagem de Pedrinhas. Um foi identificado como Marcelo Cleyton Pereira, de 29 anos, que, segundo a polícia, foi preso no bairro Turu. Contra ele, havia dois mandados de prisão em aberto pelo crime de roubo qualificado com sentença condenatória superior a 11 anos de cadeia.

O delegado Cláudio Mendes, da Delegacia de Roubo e Furtos (DRF), explicou que a prisão de Marcelo Cleyton foi expedida pela 5ª Vara Criminal. O mandado foi cumprido ontem e o acusado, conduzido para a delegacia especializada, onde prestou esclarecimento e foi enca-

minhado para Pedrinhas.

Derick Henrique Santos França também ontem foi encaminhado para Pedrinhas. O delegado da Seccional Norte da Capital, Augusto Barros, disse que o homem foi preso em Paço do Lumiar em cumprimento a um mandado de prisão expedido pela 2ª Vara Criminal de São José de Ribamar. ●

Íntegra em oestadoma.com/408333

 **NA WEB**

Mais notícias de **Polícia** em:
oestadoma.com

**Flávio Dino lança
Fundo Estadual
de Interesses
Difusos e Coletivos**

PÁGINA 2

SEMINÁRIO NO TJ

Flávio Dino lança Fundo Estadual de Interesses Difusos e Coletivos

O governador Flávio Dino participou da abertura do I Seminário de Justiça e Meio Ambiente na tarde desta quinta-feira (2), no Tribunal de Justiça. Atendendo ao convite do desembargador Cleones Carvalho Cunha, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), o governador apresentou o Fundo Estadual de Interesses Difusos e Coletivos aos magistrados, procuradores e promotores participantes do evento.

O Fundo Estadual de Interesses Difusos e Coletivos tem o objetivo de garantir investimentos necessários à modernização tecnológica, capacitação e aparelhamento finalístico dos órgãos que atuam na defesa dos direitos difusos e coletivos. Os recursos do Fundo Estadual poderão ser garantidos por meio de valores de multas previstas nas ações ajuizadas pelos membros do Ministério Público.

O governador Flávio Dino

explicou que o Fundo é um instrumento existente em outros estados, mas que carecia de regulação no âmbito estadual. De acordo com ele, essa é uma ação articulada entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário para que membros do Ministério Público possam determinar a destinação de multas, acordos e condenações. “Com isso, nós vamos reunir recursos de fontes extras orçamen-



Flávio Dino, prefeito Edivaldo Holanda Júnior e outras autoridades na abertura do I Seminário de Justiça e Meio Ambiente

tárias, fontes não oriundas propriamente da arrecadação de impostos, mas sim fontes complementares para o financiamento de serviços públicos, de políticas sociais, voltadas a proteção de interesses difusos”, explicou.

Flávio Dino sublinhou que o objetivo do Governo é fazer uma gestão participativa do Fundo, com o Ministério Público e com a sociedade civil. “Não será apenas o Executivo que terá a gestão sobre o Fundo.

Ele será destinado a projetos de interesse autenticamente vinculados, aos direitos, expectativas, desejos da maioria dos maranhenses. Estamos hoje aproveitando o ensejo do início da Semana Nacional do Meio Ambiente para afirmar a importância des-

se instrumento”, acentuou.

Durante o Seminário, o governador ressaltou os benefícios que esse Fundo trará para a temática ambiental, uma vez que ele poderá e deverá financiar projetos de recuperação ambiental, de preservação dos rios, das matas, florestas e da fauna. “Espero agora que a partir desse mutirão entre os três poderes e dessa oportunidade de conversar com os juízes haja a efetivação desse fundo para que ele tenha a máxima eficácia possível e seja um instrumento de transformação da realidade do nosso Estado”, enfatizou Flávio Dino.

Durante o seu discurso, o governador enalteceu as várias ações que estão sendo implementadas para a recuperação da balneabilidade das

praias e rios maranhenses, sobretudo dos rios Pimenta e Calhau; a despoluição dos pontos de esgoto da Lagoa da Jansen e a finalização da Estação de Tratamento de Esgoto do Vinhais, que ajudará na despoluição do Rio Anil.

O secretário de Meio Ambiente, Marcelo Coelho, participou da abertura do Seminário e destacou que o Fundo Estadual de Interesses Difusos e Coletivos é importante para a formulação de políticas públicas que atendam as necessidades ambientais. “Hoje nós já temos o Fundo de Recursos Hídricos e o Fundo Estadual de Unidades de Conservação, que são muito específicos. Com mais esse, iremos poder potencializar a aplicação de recursos na área ambiental”, reiterou.

Lançado fundo de interesses coletivos

A partir de agora, recursos do Fundo Estadual poderão ser garantidos por meio de valores de multas previstas nas ações ajuizadas pelos membros do Ministério Público

O governador Flávio Dino participou da abertura do I Seminário de Justiça e Meio Ambiente, na tarde de ontem, no Tribunal de Justiça. Atendendo ao convite do desembargador Cleones Carvalho Cunha, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), o governador apresentou o Fundo Estadual de Interesses Difusos e Coletivos aos magistrados, procuradores e promotores participantes do evento.

O Fundo Estadual de Interesses Difusos e Coletivos tem o objetivo de garantir investimentos necessários à modernização tecnológi-



Governador Flávio Dino, prefeito Edivaldo Holanda Júnior e outras autoridades na abertura do seminário

ca, capacitação e aparelhamento finalístico dos órgãos que atuam na defesa dos direitos difusos e coletivos. Os recursos do Fundo Estadual poderão ser garantidos por meio de valores de multas previstas nas ações ajuizadas pelos membros do Ministério Público.

O governador Flávio Dino explicou que o Fundo é um instrumento existente em outros estados, mas que carecia de regulação no âmbito estadual. De acordo com ele, essa é uma ação articulada entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário para que membros do Ministério Público possam determinar a destinação de multas, acordos e condenações. “Com isso, nós vamos reunir recursos de fontes extras orçamentárias, fontes não oriundas propriamente da arrecadação de impostos, mas sim fontes complementares para o financiamento de serviços públicos, de políticas sociais, voltadas à proteção de interesses difusos”, explicou.

Gestão participativa do Fundo

Flávio Dino sublinhou que o objetivo do governo é fazer uma gestão participativa do Fundo, com o Ministério Público e com a sociedade civil. “Não será apenas o Executivo que terá a gestão sobre o Fundo. Ele será destinado a projetos de interesse autenticamente vinculados, aos direitos, expectativas, desejos da maioria dos maranhenses. Estamos

hoje aproveitando o ensejo do início da Semana Nacional do Meio Ambiente para afirmar a importância desse instrumento”, acentuou.

Durante o Seminário, o governador ressaltou os benefícios que esse Fundo trará para a temática ambiental, uma vez que ele poderá e deverá financiar projetos de recuperação ambiental, de pre-

servação dos rios, das matas, florestas e da fauna. “Espero agora que a partir desse mutirão entre os três poderes e dessa oportunidade de conversar com os juízes haja a efetivação desse fundo para que ele tenha a máxima eficácia possível e seja um instrumento de transformação da realidade do nosso Estado”, enfatizou Flávio Dino.

BALNEABILIDADE DAS PRAIAS E RIOS

Durante o seu discurso, o governador enalteceu as várias ações que estão sendo implementadas para a recuperação da balneabilidade das praias e rios maranhenses, sobretudo dos rios Pimenta e Calhau; a despoluição dos pontos de esgoto da Lagoa da Jansen e a finalização da Estação de Tratamento de Esgoto do Vinhais, que ajudará na despoluição do Rio Anil.

O secretário de Meio Ambiente, Marcelo Coelho, participou da abertura do seminário e destacou que o Fundo Estadual de Interesses Difusos e Coletivos é importante para a formulação de políticas públicas que atendam as necessidades ambientais. “Hoje nós já temos o Fundo de Recursos Hídricos e o Fundo Estadual de Unidades de Conservação, que são muito específicos. Com mais esse, iremos poder potencializar a aplicação de recursos na área ambiental”, reiterou.



Com isso, nós vamos reunir recursos de fontes extras orçamentárias, fontes não oriundas propriamente da arrecadação de impostos, mas sim fontes complementares para o financiamento de serviços públicos, de políticas sociais, voltadas à proteção de interesses difusos

Flávio Dino, governador

Filho Thiago tem carro apreendido

POLÍTICA 4

Justiça apreende veículo de filho de Waldir

JOÃO CARVALHO JR.
ESPECIAL PARA O IMPARCIAL

A Justiça maranhense apreendeu uma caminhonete de luxo pertencente a Thiago Augusto Azevedo Maranhão Cardoso, filho do deputado federal e presidente interino da Câmara dos Deputados, Waldir Maranhão. A retenção do veículo aconteceu em uma casa no Olho d'Água, atendendo uma ação popular.

O filho do deputado, que é médico residente em São Paulo, esteve em São Luís durante esta semana, quando foi ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão prestar esclarecimentos sobre os salários que teria recebido sem a devida prestação de serviços ao órgão. "Irei devolver tudo que foi depositado em meu nome", disse Thiago Maranhão ao sair da sede do TCE. Ele deve reembolsar o Estado em até R\$ 235.000.



é o valor que Thiago Maranhão terá que devolver ao Estado

Busca por bens

No dia 17 do mês passado, o juiz Douglas de Melo Martins, titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos da capital, atendendo Ação Popular proposta pelos advogados Pedro Leonel Pinto de Carvalho e Aristóteles Duarte Ribeiro, determinou liminarmente a indisponibilidade de bens em nome de Thiago Maranhão.

Primeiramente, foi levantado quanto ele teria em contas pessoais. Foram encontrados R\$ 7 mil, quantidade insuficiente e muito irrisória se comparada ao limite máximo do que deve ser devolvido. Por essa situação, Douglas Martins determinou a apreensão de dois veículos de luxo do jovem médico.

O carro retido na casa do Olho d'Água é uma Toyota Hilux. Outro veículo encontrado em nome de Thiago Maranhão foi uma SW4, que estaria em São Paulo. É lá que ele reside e trabalha como médico anestesiológico desde 2014. Antes disso, ele teria morado e feito residência em um hospital do Rio de Janeiro, durante três anos. Dados levantados pelos advogados que entraram com a ação mostram que, entre 19 de novembro de 2013 e 10 de maio deste ano (data em que foi exonerado do TCE-MA), Thiago ocupou o cargo de assessor de



conselheiro do Tribunal.

As apreensões de bens de Thiago Maranhão podem voltar a acontecer até que o valor devido seja atingido. Ele poderá recuperar todo e qualquer bem na medida em que devolver o dinheiro recebido sem a devida prestação de serviço. Caso não devolva o dinheiro que foi exigido pela Justiça, os bens podem ir a leilão.

Transparência...

Assembleia vai divulgar lista dos servidores

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Humberto Coutinho (PDT), afirmou que vai atender à ordem da Justiça que determina o recadastramento dos servidores. Pela determinação, os nomes e os salários devem ser expostos no Portal da Transparência on-line do órgão

POLÍTICA 5

Assembleia vai divulgar servidores

O recadastramento de todos os servidores da Assembleia Legislativa e a melhoria da transparência no portal on-line do órgão serão realizados, segundo Humberto Coutinho

JOÃO CARVALHO JR.
ESPECIAL PARA O IMPARCIAL

O presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Humberto Coutinho (PDT), afirmou que vai atender à ordem da Justiça que determina o recadastramento de todos os servidores da Casa e a melhoria da transparência on-line do órgão.

Coutinho encaminhou todos os trabalhos da última sessão da semana, que terminou 29 minutos após ser aberta. Na saída, ele falou sobre a decisão judicial na ação civil pública movida pelo Ministério Público do Estado do Maranhão. Segundo o deputado, não se pode colocar em dúvida o que um juiz manda que seja feito. "Ordem judicial a gente cumpre, não posso contestar. Vamos atender tudo que ele pediu, à medida que formos conseguindo o que for necessário para cumprir."



Recadastramento

Sobre o recadastramento, Humberto falou que já determinou o início, pois, segundo ele, não é tão fácil fazer isso. “São muitos funcionários, não dá pra ter isso em um dia. Mas já pedi para o pessoal responsável que faça o levantamento e repasse a relação o quanto antes”.

A lista final também será disponibilizada no site da Assembleia Legislativa, para que a sociedade tenha acesso direto. Não se sabe se no mesmo link estará visível outra exigência da Justiça, a remuneração de cada um deles.

Transparência

A última ordem judicial diz respeito à transparência do ór-



Ordem judicial a gente cumpre, não posso contestar. Vamos atender tudo que ele pediu, à medida que formos conseguindo o que for necessário para cumprir

Humberto Coutinho,
presidente da Assembleia Legislativa

gão como um todo. Segundo a denúncia do MPE, o Portal da Transparência do site da Alemanha não está de acordo com o que prevê a Lei de Acesso à Informação e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Para os autores da solicitação, todos os gastos, receitas, demais movimentações financeiras e relações pessoais devem ser vistas por quem quer que seja.

Mais uma vez, Humberto Coutinho disse que vai agilizar o que foi citado, tendo já encaminhado a determinação ao setor responsável.

A ordem

A adaptação do Portal da

Transparência à Lei de Acesso à Informação e à Lei de Responsabilidade Fiscal, a relação completa de deputados e servidores, discriminando cargos, remunerações com pessoal e verbas de gabinete e lotação de cada um foi pedida pelo juiz Douglas de Melo Martins, titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís. Ele aceitou pedido de urgência em ação civil pública movida pelo Ministério Público e deu prazo de cinco dias para que algumas das ordens sejam cumpridas. A ação partiu de denúncias da existência de ‘funcionários fantasmas’ na Assembleia Legislativa.

Juízes substitutos entram em exercício nas Zonas Judiciárias de Imperatriz e Açailândia

Divulgação



Após serem empossados na manhã dessa quarta-feira (1º), pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Cunha, os juízes Nelson Luiz Dias Dourado Araújo, Cinthia de Sousa Facundo, Arianna Rodrigues de Carvalho Saraiva, Bruno Barbosa Pinheiro e Danilo Mendes de Santana assinaram os Termos de Exercício perante a correge-

dora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz.

Os juízes Nelson Luiz Araújo, Cinthia Facundo, Arianna de Carvalho Saraiva e Bruno Pinheiro vão atuar, respectivamente, na 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Zonas Judiciárias com sede na comarca de Imperatriz; já o juiz Danilo de Santana foi designado para a 5ª Zona Judiciária com sede na comarca de Açailândia.

Durante a assinatura dos

termos, os juízes destacaram o longo caminho percorrido e a árdua jornada enfrentada para a concretização dos sonhos alcançados. Os magistrados prometeram ainda, honrar o Poder Judiciário do Maranhão.

A corregedora Anildes Cruz parabenizou os juízes e disse que se tratava de momento único na vida profissional dos magistrados. “Diversos desafios vão surgir no dia a dia de trabalho nas comarcas, mas eles servirão, sem dúvidas, para a evolução das vossas carreiras,” enfatizou a corregedora.

A leitura do Termo de Exercício foi feita pelo diretor da Secretaria Geral da CGJ-MA, Gustavo Campos. Os juízes auxiliares da Corregedoria, Gladiston Cutrim e Rosângela Prazeres, também estiveram presentes durante a solenidade. (Asscom/CGJ)

Comarca de Matões realiza Leilão Judicial na próxima semana

O juiz Marcos Aurélio Veloso de Oliveira Silva, titular de Matões, lançou edital de leilão com data de realização marcada para 6 de junho de 2016, próxima segunda-feira. O leilão vai acontecer no Fórum de Matões às dez e meia da manhã e tem como objeto um imóvel de 95 hectares às margens do Rio Parnaíba, avaliado em R\$ 65 mil, com participação aberta ao público, na modalidade maior lance, devendo esse ser maior ou igual ao da avaliação do bem.

Caso o bem não seja arrematado, um segundo leilão já está marcado para o dia 26 de junho. De acordo com o magistrado qualquer pessoa pode participar do Leilão Público Judicial, devendo apresentar os documentos comprobatórios de sua identidade. No caso de pessoa jurídica, o representante deverá possuir procuração explicitamente para este fim, contrato social e cartão do CNPJ, além de seus dados pessoais.

- Será realizado nesta sexta-feira, 3, o seminário “Como implantar a família acolhedora”, no auditório da Procuradoria-Geral de Justiça, na Rua Oswaldo Cruz, 1.396 (Centro).
- A iniciativa do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAOp/IJ), que conta com a parceria da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e da Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Maranhão, tem como público-alvo os gestores municipais – prefeitos e secretários de Assistência Social.

A insistência

Decididos a manter um monopólio que atravessou dois séculos criando problemas para a população de São Luís, os empresários de transportes coletivos insistem em derrubar na Justiça a licitação do sistema público de transportes, promovida pelo prefeito Edivaldo Holanda Jr, um feito histórico, como já dissemos, porque livra um povo inteiro de continuar vivendo essa situação.

Uma a uma, as insistentes ações do sindicato patronal do setor – e já são quatro – vão caindo no Poder Judiciário, o que confirma essa nova visão de ser justiça e ser poder público no Brasil, em favor de trabalhadores, de donas de casas, estudantes e demais usuários desse sistema, forçados a trafegar, na regra, em ônibus entupidos, calorentos, sujos, mal cuidados, retardatários e perigosos.

Louve-se a coragem e a determinação do prefeito, que, enfrentando esse monopólio, optou, com a licitação, em por um fim à agonia secular dos passageiros, cumprindo um compromisso de campanha que foi firmado por quase todos os candidatos e prefeitos e só agora se está cumprindo. Não se trate essa atitude, pois, como uma mera decisão política. Quem anda de ônibus em São Luís sabe que tão importante quanto a pavimentação e manutenção das ruas e avenidas é o conforto dos coletivos circulando nos horário corretos, do ar condicionado, da acessibilidade, das passagens mais baratas, o que, prova-se sobejamente na maioria das capitais do país, só é possível com a concorrência, só pode acontecer com a licitação.

A obra do prefeito Edivaldo Holanda Jr. está à vista, digam lá o que quiserem seus adversários. Asfaltou muitas ruas e avenidas, reformou em grande parte a iluminação pública, mudou a face compungida da saúde, outra conquista histórica diante da secular presença da procissão de macas nos corredores dos hospitais, mas nenhuma será tão grande quanto mudar o decrepito sistema público de transportes de São Luís. Problemas ainda temos, principalmente em ruas e avenidas esburacadas dessa cidade, mas grande parte deles já foi resolvida.

A Justiça está correta quando fulmina as pretensões do Sindicato das Empresas de Transportes (SET). Talvez não haja, se compararmos com sistemas de outras capitais, situação mais vexatória e constrangedora que a de São Luís. E só surdos e cegos não sabem que não há outro caminho para conquistar um mínimo de decência no transporte de passageiros que não seja a licitação. Decrete-se, pois, o fim dessa situação e reconstrua-se de uma vez por todas o sistema público de transportes de São Luís.



Deputados prestam homenagem ao Jornal Pequeno em sessão solene no Plenário da Assembleia Legislativa

Sessão histórica marca homenagem ao Jornal Pequeno na Assembleia

PÁG. 5 [CT]



Sessão histórica marca homenagem ao Jornal Pequeno na Assembleia Legislativa

MANOEL SANTOS NETO

Uma sessão histórica marcou, na manhã desta quinta-feira (2), a homenagem prestada pela Assembleia Legislativa aos 65 anos de fundação do **Jornal Pequeno**. Em sessão solene, proposta pelo deputado Eduardo Braide (PMN), tanto o líder do Governo, Rogério Cafeteira (PSB), quanto a líder da Oposição, Andrea Murad (PMDB), fizeram questão de ocupar a tribuna, para ressaltar a independência e o espírito democrático da linha editorial que caracteriza o **JP**, desde a sua fundação. Ao abrir a sessão, o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Humberto Coutinho (PDT), concedeu a palavra ao deputado Eduardo Braide, que destacou a importância do **Jornal Pequeno** como "um veículo indispensável à comunicação no Maranhão". Eduardo Braide declarou-se honrado por ter assumido a iniciativa de render homenagem ao **JP**, fundado em São Luís por José Ribamar Bogéa, no dia 29 de maio de 1951. Ele salientou os 65 anos de existência do jornal, ressaltando a linha editorial, as lutas em defesa da justiça social, dos ideais políticos e do direito do cidadão. O vice-presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto (PCdoB), frisou a importância histórica do **Jornal Pequeno**, lembrando que seu avô, Othelino Nova Alves, também foi um dos redatores deste jornal, onde manteve uma sólida amizade com o saudoso Ribamar Bogéa e Dona Hilda, hoje a diretora-presidente da empresa. "O **Jornal Pequeno** tem uma história marcante na defesa da democracia, da liberdade e da justa e necessária alternância

de poder", declarou o deputado Othelino Neto.

IMPrensa LIVRE

Líder do Bloco Parlamentar de Oposição, a deputada Andrea Murad (PMDB) disse que, como bacharel em Comunicação Social, não poderia deixar de parabenizar o **Jornal Pequeno** que comemora 65 anos de existência, fazendo um jornalismo diferente na imprensa do Maranhão.

"É um jornal que tem seu lado, tem seus pontos de vista, que podem ser divergentes do que pensam outras pessoas, mas defende com coragem suas posições, e isto deve ser respeitado", afirmou Andrea Murad.

O líder do Governo na Assembleia Legislativa, deputado Rogério Cafeteira (PSB), também parabenizou o **Jornal Pequeno**. "Sabemos o quanto é difícil um meio de comunicação sobreviver por mais de seis décadas. É uma missão homérica. Hoje vivemos num tempo mais republicano, mas o **Jornal Pequeno** teve coragem de fazer oposição na época do vale-tudo, expondo-se a muitos perigos e ameaças. Teve de enfrentar diversos interesses políticos e empresariais, e muitas das vezes esses interesses se levantam contra a liberdade de imprensa e contra a liberdade de expressão", discursou Rogério Cafeteira.

Ele fez questão de destacar grandes nomes do jornalismo que passaram pelo **Jornal Pequeno**, entre os quais Ademário Cavalcante, Neiva Moreira, Othelino Nova Alves, Jámenes Calado, Milson Coutinho e Erasmo Dias.

O deputado Fábio Braga (SD) afirmou que a "narrativa do **Jornal Pequeno** é a narrativa da verdadeira história do Maranhão". O deputado Cabo



O jornalista Lourival Bogéa agradeceu a homenagem prestada ao JP pela Assembleia Legislativa

Campos (DEM) frisou que o mais importante é que o jornal mantém vivos os ideais de liberdade do povo maranhense. "O **Jornal Pequeno**, com coragem, com criatividade, é reconhecido e respeitado até mesmo por aqueles que não comungam com os ideais da liberdade de imprensa e da democracia", afirmou Cabo Campos.

Por sua vez, o deputado Sérgio Frota (PSDB) discursou, frisando que o **Jornal Pequeno** "é uma leitura obrigatória de milhares de maranhenses, até mesmo daqueles que residem em outros estados brasileiros ou no exterior, visto ser um formador de opinião responsável e consciente dos deveres e direitos dos cidadãos brasileiros".

Com um discurso emocionado,

o jornalista Lourival Bogéa, falando em nome da direção do **Jornal Pequeno**, agradeceu a homenagem prestada ao **JP** pela Assembleia Legislativa e frisou que o **Jornal Pequeno** irá manter sempre a mesma linha editorial, buscando sempre a independência, para se manter como um órgão da imprensa livre.

"A busca da credibilidade e da imparcialidade é uma missão permanente para todos nós que fazemos este jornal, porque nada mais precioso para um órgão de comunicação do que a veiculação da verdade", discursou Lourival Bogéa.

A sessão em homenagem ao **Jornal Pequeno**, na Assembleia Legislativa, contou ainda com a presença do deputado Bira do Pindaré (PSB).

Desembargador Bayma: “O Jornal Pequeno é um monumento à informação da verdade”

Diversos outros deputados participaram da sessão solene, que contou também com a presença de Dona Hilda Bogéa, diretora-presidente do JP, e vários amigos, familiares, repórteres, redatores e colonistas do jornal. O desembargador Amônio Bayma Araújo, decano do Tribunal de Justiça do Maranhão, também esteve presente, na condição de representante do Poder Judiciário. De início, por sugestão do deputado Rogério Cafeteira, o desembargador Bayma não quis se pronunciar na tribuna (“Juiz não fala; ouve”, disse ele), mas depois aceitou o convite para ir à tribuna, onde se expressou, falando como um cidadão comum, e não como um magistrado:

“Devo ressaltar que estou em férias, mas fiz questão de estar aqui para assistir a esta justa e merecida homenagem ao Jornal Pequeno. Devo ressaltar: o **Jornal Pequeno** é um monumento



Desembargador Bayma Araújo destacou a importância do Jornal Pequeno para a história do Maranhão

à informação da verdade, informação verdadeira, destemida e por isso ficou conhecido como o Órgão das Multidões. É um jornal valente, que sofreu perseguições

e tem vencido a todas. O nosso Estado precisa do Jornal Pequeno e, digo mais, sem este bravo JP os rumos da história do Maranhão seriam outros”,

ressaltou o desembargador Bayma na tribuna.

Ao encerrar a solenidade, o deputado Eduardo Braide ressaltou que “o **Jornal Pequeno** participou de todas as grandes conquistas do povo maranhense e foi protagonista da motivação para muitas delas. Sempre pautando a sua linha por uma conduta séria, ética, de bom e puro jornalismo, colocou sempre acima de interesses menores a causa da população e da justiça”. Eduardo Braide observou que, muito mais do que reproduzir a história, o **Jornal Pequeno** fez e faz parte dela, e até alterou os rumos da recente história política do Maranhão: “O **Jornal Pequeno**, que de pequeno só tem o nome, tem dado grande contribuição para a nossa sociedade, para o Estado do Maranhão”, frisou Eduardo Braide, parabenizando o jornal e cada um dos jornalistas que fazem parte da equipe do JP.

Respeito e admiração

Os deputados Humberto Coutinho, Eduardo Braide, Rogério Cafeteira, Andrea Murad, Fábio Braga, Sérgio Frota, Othelino Neto, Cabo Campos e Bira do Pindaré prestigiaram, ontem, a sessão solene em que a Assembleia Legislativa do Maranhão homenageou o Jornal Pequeno pela passagem do seu 65º aniversário de fundação. Originada de um requerimento do deputado Eduardo Braide, a solenidade contou, ainda, com a presença do desembargador decano Antônio Bayma Araújo, na oportunidade representando o Tribunal de Justiça do Maranhão, além de convidados e integrantes da família Bogéa.

Todos foram unânimes em destacar o espírito democrático e a independência do Jornal Pequeno, reforçando o discurso do diretor de Redação Lourival Bogéa, que falou sobre a origem do 'Órgão das Multidões', surgida de uma necessidade do seu fundador, Ribamar Bogéa. No início dos anos 50, quando trabalhava como repórter esportivo dos Diários Associados, Bogéa criticou um oficial do Exército que arbitrava um clássico do futebol maranhense e foi chamado a atenção pela direção do jornal, de que só poderia escrever daquela maneira quando tivesse o seu próprio veículo de comunicação. Ribamar Bogéa não só pediu demissão naquele exato momento, como, a partir dali, decidiu que fundaria um jornal. Pouco tempo depois, criou 'O Esporte', e em seguida o Jornal Pequeno, no dia 29 de maio de 1951.

Ficou patente o respeito e a admiração de todos os presentes pelo Jornal Pequeno, pela família Bogéa, por sua história de luta e resistência.

Meio ambiente

Será realizado, até hoje, 3 de junho, o I Seminário "Justiça e Meio Ambiente", organizado pela Escola Superior da Magistratura (ESMAM), que ocorrerá no auditório do Fórum Des. Sarney Costa, em São Luís, com a participação de autoridades do sistema de Justiça especializados na questão ambiental. O Seminário antecede a realização da Semana Estadual de Atenção Prioritária ao Meio Ambiente, que acontecerá de 06 à 10 de junho em diversas comarcas do Estado, com o julgamento prioritário de ações relativas aos crimes ambientais na Justiça estadual.

Governador lança Fundo Estadual de Interesses Difusos e Coletivos

PÁG. 4 (C1)



Fundo Estadual de Interesses Difusos e Coletivos é lançado em Seminário no TJ

Gilson Teixeira

O governador Flávio Dino participou da abertura do I Seminário de Justiça e Meio Ambiente na tarde desta quinta-feira (2), no Tribunal de Justiça. Atendendo ao convite do desembargador Cleones Carvalho Cunha, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), o governador apresentou o Fundo Estadual de Interesses Difusos e Coletivos aos magistrados, procuradores e promotores participantes do evento.

O Fundo Estadual de Interesses Difusos e Coletivos tem o objetivo de garantir investimentos necessários à modernização tecnológica, capacitação e aparelhamento finalístico dos órgãos que atuam na defesa dos direitos difusos e coletivos. Os recursos do Fundo Estadual poderão ser garantidos por meio de valores de multas previstas nas ações ajuizadas pelos membros do Ministério Público.

O governador Flávio Dino explicou que o Fundo é um instrumento existente em outros estados, mas que carecia de regulação no âmbito estadual. De acordo com ele, essa é uma ação articulada entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário para que membros do Ministério Público possam determinar a destinação de multas, acordos e condenações. “Com isso, nós vamos reunir recursos de fontes extras orçamentárias, fontes não oriundas propriamente



Governador Flávio Dino, prefeito Edivaldo Holanda Júnior e outras autoridades na abertura do I Seminário de Justiça e Meio Ambiente

da arrecadação de impostos, mas sim fontes complementares para o financiamento de serviços públicos, de políticas sociais, voltadas a proteção de interesses difusos”, explicou.

Flávio Dino sublinhou que o objetivo do Governo é fazer uma gestão participativa do Fundo, com o Ministério Público e com a sociedade civil. “Não será apenas o Executivo que terá a gestão sobre o Fundo. Ele será destinado a projetos de interesse autenticamente vinculados, aos direitos, expectativas, desejos da maioria dos maranhenses. Estamos hoje aproveitando o ensejo do início da Semana Nacional do Meio Ambiente

para afirmar a importância desse instrumento”, acentuou. Durante o Seminário, o governador ressaltou os benefícios que esse Fundo trará para a temática ambiental, uma vez que ele poderá e deverá financiar projetos de recuperação ambiental, de preservação dos rios, das matas, florestas e da fauna. “Espero agora que a partir desse mutirão entre os três poderes e dessa oportunidade de conversar com os juízes haja a efetivação desse fundo para que ele tenha a máxima eficácia possível e seja um instrumento de transformação da realidade do nosso Estado”, enfatizou Flávio Dino.

envolve a aplicação de recursos públicos, (...)

“A regra, na Administração Pública, é a mais absoluta transparência naquilo que envolve a aplicação de recursos públicos, desde o financiamento das mais vultosas obras e aquisição de produtos de alto valor, até o pagamento de uma diária a um servidor público”, afirmou o juiz Douglas Martins, titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, que determinou ao Estado do Maranhão por meio da Assembleia Legislativa Estado a adequação do Portal da Transparência ao que prevê a Lei de Responsabilidade Fiscal.

- Marina Silva e Zé Gustavo apresentam, hoje, em São Luís, o Elo Estadual da Rede Sustentabilidade, seguido de coletiva de imprensa, às 15h, na Assembleia Legislativa.
- Às 19h, no Hotel Grand São Luís, acompanhados do jurista Márlon Reis (porta-voz da Rede no MA), Marina e Zé Gustavo debaterão sobre momento político atual do país.

Secretário da Escola Nacional da Magistratura visita presidente do TJMA

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Cunha, recebeu ontem (2) a visita do secretário-geral da Escola Nacional da Magistratura (ENM), Eladio Lecey, que será um dos palestrantes do Seminário Justiça e Meio Ambiente, na programação de hoje (3). Eladio Lecey – que é desembargador aposentado do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul – foi homenageado com a medalha dos 200 anos do Tribunal de Justiça, entregue pelo diretor da Escola da Magistratura do Maranhão, desembargador Jamil Gedeon. Na ocasião, o desembargador Lourival Serejo entregou ao secretário da Escola Nacional da Magistratura exemplar da publicação institucional do bicentário da Corte maranhense. As homenagens foram acompanhadas pelo desembargador Paulo Velten, vice-diretor da Esmam.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico (SRP) nº 30/2016
Processo nº 11.052/2016

Objeto: Registro de Preço para contratação de empresa para prestação de serviços continuados de cuidador, cozinheiro e lavadeiro, nas unidades administrativas e jurisdicionais do Poder Judiciário do Estado do Maranhão (Casa da Criança, Casa Abrigo e Creche Judith Pacheco); Nova Data de Abertura: 16/06/2016 às 10:00h (horário de Brasília); Local: Site www.comprasgovernamentais.gov.br; Justificativa: Falha na divulgação do Aviso de Licitação; Informações: Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. CEP: 65.010-190; Email: divcontratos@tjma.jus.br. Fone: 98 3261-6181. São Luís/MA, 01 de junho de 2016. Thiago Chung de Farias - Pregoeiro TJMA.

Começa julgamento de ex-PM acusado de assassinar jovem no Maiobão

NELSON MELO

Teve início ontem (2) o julgamento do ex-soldado do 9º Batalhão de Polícia Militar Sandro Morett Furtado de Oliveira, de 31 anos, acusado de ter matado Tácio Kaíque Pereira Pires, 18, na Praça do Viva, no Maiobão, em Paço do Lumiar (a 25 quilômetros de São Luís). A vítima foi baleada na noite de 27 de novembro de 2010, e morreu 12 dias depois, em 9 de dezembro. O júri popular do ex-PM acontece no Fórum Desembargador Tácito Caldas, em Paço.

O julgamento começou pouco depois das 9h30, no Salão de Júri do Fórum, situado ao lado da Delegacia Especial do Maiobão. Primeiramente, a juíza Vanessa Clementino, titular da 2ª Vara de Paço do Lumiar, fez o sorteio dos jurados, que, em número de sete, ocuparam a bancada.

Durante a escolha, tanto a defesa, representada pelo advogado Erivelton Lago, e o Ministério Público, por meio dos promotores Gerauldes Mendonça Castro e Benedito Coroba, dispensaram alguns dos 35 candidatos.

Em seguida, a magistrada solicitou a entrada da primeira testemunha, dentre oito de defesa e acusação, sendo que uma arrolada não compareceria por motivos de saúde. A primeira testemunha foi um amigo de Tácio Kaíque, que impôs a condição de prestar declarações sobre o crime somente na ausência do acusado no salão. O ex-soldado, então, saiu do



Em sessão do júri popular, Sandro Morett é observado pelo seu advogado

ambiente, acompanhado de um oficial de Justiça, a pedido da juíza que presidia o julgamento. Segundo a testemunha, na data da ocorrência, ele, a vítima e cerca de 10 pessoas participavam da comemoração do aniversário de uma conhecida deles, no Maiobão, em uma residência. Lá, conforme lembrou, ingeriram bebida alcoólica, e, depois, parte do grupo saiu em um carro em direção ao Viva, aguardando o restante dos convidados, para a continuidade da comemoração. O amigo contou que estavam ele, Kaíque e mais três mulheres no local, esperando os demais.

Em um determinado instante, um carro preto passou junto ao grupo, sendo que o retrovisor do veículo encostou no cotovelo de Tácio, que não teria gostado e resolveu ir tomar satisfação com

o condutor. Como o veículo parou perto de lá, o jovem caminhou um pouco e começou a discutir com o motorista, o então policial militar Sandro Morett. A testemunha mencionou que ambos trocaram empurrões, e, quando os ânimos pareciam ter acalmado, o militar sacou um revólver e puxou o gatilho duas vezes. A arma falhou. Na terceira tentativa, o tiro foi desferido na lateral do abdômen de Tácio.

Indagado sobre uma garrafa de bebida energética que teria sido arremessada pela vítima em Sandro, o interrogado declarou que não se recordava desse fato. Mas comentou que, com a chegada do restante dos participantes do aniversário, levaram Tácio ao Hospital Municipal Doutor Clementino Moura (Socorrão 2), no veículo de um deles.

Para o promotor Benedito Coroba, o ex-policial – que entrou na PM em 2006 e foi expulso em novembro de 2012 por conta do assassinato – se excedeu em sua conduta, embora tenha passado por um preparo emocional na corporação. A polícia descobriu, após o crime no Maiobão, que o carro conduzido por Sandro na noite do assassinato teria sido roubado de uma professora. O advogado de Sandro, Erivelton Lago, disse que, supostamente, a vítima (Tácio) estava embriagada no momento da discussão, e que aguardaria a tese da acusação no julgamento para defender seu cliente. O pai de Tácio, Magno Pires, disse que seu filho era uma pessoa tranquila, que não se envolvia em confusão, e que ele, inclusive, estava se preparando para ingressar na Aeronáutica, tendo passado em todos os testes. Parentes e amigos de Tácio Kaíque assistiram ao júri, ontem, ansiosos pela condenação do acusado, trajando camisas estampadas com a foto do jovem. Caso seja condenado, Sandro Morett poderá ser sentenciado a uma pena de até 30 anos, de acordo com o Código de Processo Penal, devido ao crime de homicídio qualificado. O ex-PM nunca chegou a ser preso durante o processo. Na data em que Tácio morreu, no hospital, o ex-PM se apresentou na Delegacia Especial do Maiobão, acompanhado de seu advogado, mas não ficou preso, passando a responder pelo crime em liberdade.

Justiça apreende carro de luxo de filho de Waldir Maranhão

..... PÁG. 12 [C1]

Justiça apreende carro de luxo de filho de Waldir Maranhão

O médico Thiago Augusto Azevedo Maranhão Cardoso, filho do presidente interino da Câmara dos Deputados, Waldir Maranhão (PP-MA), que recebia salário de R\$ 7,5 mil mais R\$ 800 referentes ao auxílio alimentação do Tribunal de Contas do Maranhão, teve uma Toyota Hilux apreendida nesta quinta-feira (2), no bairro Olho d'Água, em São Luís. A apreensão é resultado da ação popular proposta pelos advogados Pedro Leonel Pinto de Carvalho e Aristóteles Duarte Ribeiro que foi deferida pelo juiz titular da Vara de Interesses Difusos, Douglas Martins.

O médico Thiago Maranhão afirmou por meio de uma carta enviada, no último dia 16 de maio, que iria devolver todo o dinheiro recebido enquanto foi funcionário do Tribunal de Contas do Maranhão (TCE-MA), mas não determinou data.

O magistrado acatou parcialmente a ação popular e determinou a indisponibilidade de bens do

médico até o limite de R\$ 235 mil. “Encontraram apenas R\$ 7 mil nas contas dele (Thiago Maranhão). Provavelmente a Hilux não vale R\$ 228 mil. Logo, outros bens podem ser apreendidos” afirmou Aristóteles Ribeiro.

O mandando de busca e apreensão expedido pelo juiz Douglas Martins determinou a busca e apreensão de dois veículos: além da caminhonete já encontrada, existe um mandado em aberto para uma SW4, supostamente sendo usada em São Paulo.

De posse do veículo, a Justiça aguarda que Thiago Maranhão deposite o valor bloqueado, ou bem irá a leilão.

O médico Thiago Augusto Azevedo Maranhão Cardoso, filho do presidente interino da Câmara dos Deputados, Waldir Maranhão (PP-MA), enviou uma carta que irá devolver todo o dinheiro recebido enquanto foi funcionário do Tribunal de Contas do Maranhão. (G1)